

## **“MARANHÃO NOVO”: o primeiro ano do Governo de José Sarney (1966) através do jornal O Imparcial<sup>1</sup>**

*Drielle Souza Bittencourt \**

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado, sendo destituído o presidente democraticamente eleito João Goulart. Em 09 de abril de 1964 foi instaurado o Ato Institucional nº1 (AI-1), que estabeleceu eleições indiretas para presidência da República, sendo assim eleito pelo colégio eleitoral o Marechal Humberto Castelo Branco.

A opção conceitual deste trabalho é ditadura empresarial-militar, pois, é importante demarcar que o golpe e os governos pós-golpe não foram hegemonicamente conduzidos pelos militares, mas sim por uma coalizão civil militar, mais especificamente empresarial-militar, para deixar explícito qual era essa fração da classe civil. Para a adoção do termo o trabalho que orientou foi o de René Dreifuss, 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, pois:

[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam setores-chaves da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para a derrubada de J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgãos administrativos e ministérios. [...] a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964 [...]. Os tecno-empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados (DREIFUSS, 1987, p. 417).

Então, o projeto político que chega ao poder em 1964 privilegiava sobremaneira os interesses empresariais e buscava o maior número de estados para ter como aliado. Uma das estratégias para cooptação era interferindo nas sucessões eleitorais, principalmente, para o cargo de governador.

De acordo com a Constituição de 1946, em 1965 deveriam ser realizadas eleições para governadores em onze estados (Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso e Alagoas). Nessa eleição o candidato vitorioso no Maranhão foi José Sarney, que a partir daí ascendeu meteoricamente na política local e depois nacional.

Compreender a atuação da ditadura empresarial militar no Maranhão é de suma importância para entender a chegada desse político ao poder, mas, essa análise não pode ser feita apenas no âmbito do Estado, no seu sentido restrito. Na sociedade civil, o jornal O Imparcial<sup>3</sup> também teve um papel extremamente relevante na campanha e consolidação do governo de José Sarney. Para entender essas relações é necessário uma breve explicação sobre o embasamento teórico deste trabalho.

Antonio Gramsci amplia o Estado dialeticamente, ou seja, dentro dele têm duas esferas essenciais: a “sociedade política” e a “sociedade civil” (Estado ampliado ou integral). O aparelho de Estado (Sociedade Política) é uma organização de classe e tem como principal interesse garantir os interesses da classe economicamente dominante. Nesse âmbito estão os aparelhos repressivos (controlados pela burocracia executiva e policial-militar), ou seja, o poder de coerção, e, “[...] por coerção não se deve entender somente apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles [...]” (COUTINHO, 2011, p. 26). A luta pelo poder político e pela hegemonia não acontece apenas no âmbito da sociedade política, mas também no da civil,

---

<sup>1</sup>Artigo publicado na coletânea: PICCOLO, Monica; SILVA, Fábio Henrique Monteiro. Agentes, agências e imprensa na construção de dinâmica dos regimes ditatoriais contemporâneos – São Luis: Editora UEMA, 2018.

\*Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestranda do Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN-UEMA). Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA). Email: drielle\_bittencourt@hotmail.com.

<sup>3</sup> Em primeiro de maio de 1926, o jornal O Imparcial foi fundado por José Pires Ferreira. Em outubro de 1944, seu fundador o vendeu e ele foi incorporado aos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand que era um político e empresário brasileiro. Apoiou o golpe de 1964, que era apresentado em suas páginas como “A Revolução de 1964”.

que é de suma importância para a conquista ou permanência da hegemonia política e ideológica de uma classe ou fração dela.

Essa direção moral e intelectual é realizada no âmbito da sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escolas, igrejas, partidos, etc). Esses são os espaços onde serão disputados ou impostos os interesses particulares de uma classe (ou fração) como sendo de toda sociedade. A sociedade política tem o poder coercitivo, mas não é só através dele que mantêm seus interesses resguardados, também é necessário a criação do consenso, senão não há direção política na sociedade civil.

A partir desse suporte teórico, o objetivo desse texto é apresentar a chegada de José Sarney ao Governo Estadual do Maranhão e como começou a erigir o "Maranhão Novo". Sustentando a hipótese de que o jornal O Imparcial foi de suma importância para o primeiro ano do seu mandato, trabalhando para ajudar a direcionar as camadas populares a tomarem para si um projeto político-econômico classista, que na verdade não as representava. Com seu grande poder de persuasão esse aparelho privado de hegemonia consegue construir na sociedade civil o consenso em torno do governo como sendo de caráter "popular". Pautado no projeto político-econômico "desenvolvimentista" do governo federal, o qual o governo Sarney será consonante, o periódico apresentará reportagens bastante animadoras quanto aos investimentos trazidos para o estado, enfatizando o protagonismo do novo governador nessas "conquistas".

## **A CHEGADA DO SARNEYSMO AO EXECUTIVO ESTADUAL DO MARANHÃO**

Após a apuração das eleições de 1965, o resultado foi favorável a José Sarney, que ganhou com uma ampla margem de votos. Em relação aos pleitos disputados anteriormente, seu desempenho eleitoral melhorou consideravelmente. Essa mudança marca sua ascensão meteórica na política. O aparelho privado de hegemonia, o jornal O Imparcial, fez uma poderosa campanha para ele durante a disputa para o governo e continuou a trabalhar na sua construção positiva durante o seu primeiro ano do governo. Dessa forma, aproveitou-se da insatisfação popular com o vitorinismo<sup>4</sup> para apresentar o projeto-político de Sarney como do interesse de toda a sociedade, revestindo-se do mesmo discurso do candidato em torno do "novo":

Em todos os setores governamentais foi infundida a ideia do NOVO como força geratriz do moderno, caminho a ser percorrido para que o Maranhão pudesse vir a ser 'outro Maranhão'. Não mais o Maranhão dos coronéis, estagnado o arcaico. O MARANHÃO NOVO, protótipo da abundância e do bem estar social indiferenciados, passa dos pronunciamentos eleitorais a linguagem dos planos oficiais, crescendo como elemento ideológico que direcionaria a ação governamental" (BONFIM, 1982, p. 92).

A criação do consenso trabalhou para favorecer o chefe do Executivo Estadual e a ditadura empresarial militar, pois, as propostas do novo governador seriam integradas ao projeto classista que estava sendo posto em execução no âmbito federal. Então, o jornal tentava amenizar o caráter coercitivo do governo autoritário passando a falsa sensação de segurança e estabilidade. Usando o mesmo tom moralizador apresentado pelo presidente Castelo Branco quando fez à revisão eleitoral<sup>5</sup> antes das eleições de 1965, essa ação foi usada como argumento para sustentar que a única arma usada na sociedade civil maranhense teria sido o voto:

A Revolução de 31 de março não cometeu no Maranhão qualquer absurdo. Terá cometido pequenos enganos, naturais em época de duração transitória. Mas sua presença no pleito, garantindo a quantos nele se empenharam, foi o mais eloquente atestado de sua origem democrática. A Revolução chegou desarmada ao Maranhão e aqui se armou apenas, com o voto o povo maranhense e a mensagem ova de um candidato vinculado aos anseios populares sem compromissos bastardos com quaisquer

---

<sup>4</sup> Grupo político liderado por Vitorino Freire durante duas décadas no Maranhão (1946/1965).

<sup>5</sup> A revisão excluiu do pleito 206.230 eleitores, ou seja, 58,55% do eleitorado.

pessoas ou agremiações. A Revolução nos trouxe o voto livre e a libertação pregada por José Sarney (O IMPARCIAL, 14 de outubro de 1965).

Também foi ratificado o apoio do presidente do Brasil ao novo governo:

Tão logo chegou a Brasília o governador eleito do Maranhão foi chamado ao Palácio do Planalto pelo Presidente Castelo Branco. Este teve palavras de entusiasmo e carinho para com o deputado José Sarney dizendo mesmo a certa altura: ↪ Olha deputado a sua eleição foi um dos fatos políticos que mais me sensibilizaram até hoje. Fique certo de que o Maranhão receberá toda a assistência do Governo Federal, eu quero colaborar decisivamente com seu governo (O IMPARCIAL, 24 de outubro de 1965).

Após o resultado da eleição até a posse do novo governador, o periódico apresentou a satisfação de importantes figuras nacionais e regionais. Era uma forma de mostrar o consonante apoio a Sarney, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, ou seja, em todo Estado Ampliado. Um desses apoios é apresentado em nota da Associação Comercial do Maranhão:

As classes produtoras do Maranhão vêm recebendo, de alguns anos, a valiosa cooperação do Deputado Federal José Sarney Costa, na solução dos problemas econômicos do nosso Estado junto a Presidência da República, Ministérios e demais Órgãos dos Poderes Públicos. Eleito Governador do Estado, e em justo rigojiso, a Associação Comercial do Maranhão transmite ao comércio, as indústrias e estabelecimentos bancários, um veemente apelo para que suspendam as atividades no dia 31 de janeiro a fim de que todos possam participar dos festejos de posse do Governador José Sarney Costa (O IMPARCIAL, 28 de janeiro de 1965).

O jornal, além de falar através de seus intelectuais, também trazia outros nomes e instituições para dar maior credibilidade a seu posicionamento. De acordo com De Luca e Martins (2006), a imprensa seleciona as notícias de uma forma para estimular ou desestimular comportamentos. Nesse caso, aplica-se a primeira proposição, ou seja, quanto mais pessoas comparecessem aquele momento, mais justificativas teriam para apresentar a chegada de Sarney ao governo como um dia memorável para a história do Maranhão. Mas, essa nota também nos faz pensar sobre a qual fração de classe o novo governador estava ligado. É perceptível sua aproximação com a empresarial.

Em 31 de janeiro de 1966, Sarney assumiu o governo estadual do Maranhão. A ocasião foi celebrada em estilo a um festejo<sup>6</sup>. Munido de um discurso de reestruturação do aparelho burocrático do Estado, começou a erigir as estruturas do “Maranhão Novo”. Nesse momento, o então governador começa efetivamente a ser consolidado como a mais influente liderança política do estado. Para entender melhor esse momento em sua carreira, é necessário recuar a outubro de 1965 para discutir o bipartidarismo e a posterior criação da ARENA.

Em 1965 o governo tentou obrigar o Congresso a aprovar uma emenda constitucional que enfraqueceria o Judiciário e limitaria mais ainda o Legislativo. Nesta ocasião o Congresso não aceitou a vontade do Executivo Federal, em consequência disto, em 17 de outubro de 1965, é assinado o Ato Institucional N° 2, pouco tempo após as eleições para governadores em onze estados:

Foi o preço pago pela posse de Negrão Lima na Guanabara e de Israel Pinheiro em Minas Gerais. Entretanto, como acontecerá com o Ato Institucional N° 1, seria limitada sua validade legal; deveria ela durar apenas até 15 de março de 1967, data do final do mandato de Castelo Branco. O Ato Institucional N° 2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, capacitava o Aparelho Repressivo a concluir a operação de limpeza interrompida pela política de normalização intentada por Castelo Branco em 1965. Em segundo, a extinção dos partidos políticos e as rígidas exigências para constituição de novas formações obrigaram a oposição concentrar todas as suas energias na reconstrução das estruturas representativas. Finalmente, a crescente repressão, associada as novas

---

<sup>6</sup> Para maiores informações, ver: COSTA, Wagner Cabral da. Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luis. Edufma, 2006.

formas de controle eleitoral, originou no seio da oposição um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 1984, p. 94).

No dia 20 de novembro de 1965 foi baixado o Ato complementar N° 4, suas normas estabeleciam o sistema bipartidário no país, assim foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) pelos apoiadores do governo. No Maranhão, a liderança da ARENA ficou nas mãos de José Sarney, passando a ser denominado pelo jornal O Imparcial como “o líder civil da Revolução no Estado”:

Dois acontecimentos marcaram uma profunda e definitiva transformação na política do Maranhão, após o pleito de 03 de outubro: a consagrada vitória de Sarney, que lhe conferiu uma incontestável e indivisível liderança das forças políticas mais ponderáveis do Maranhão, e a extinção dos Partidos, de que resultou a formação da ARENA, praticamente sem vinculação com as antigas facções, que já quase nada representavam na consciência do povo. Assim, graças ao apoio direto do povo manifestado nas urnas e nos comícios, e aos rumos dos acontecimentos nacionais, consolidou-se de modo decisivo a posição do Governador Sarney como o supremo líder da ARENA maranhense e chefe civil da Revolução em nosso Estado, depositário que é do Presidente da República e das Classes Armadas (O IMPARCIAL, 03 de abril de 1966, p. 1).

Com o bipartidarismo, Vitorino Freire, que era o principal líder político no Maranhão anteriormente, também ingressou na ARENA, mas de acordo com Guilhon (2007), como não poderia formalmente opor-se ao governo, preferiu manter-se afastado, ampliando o espaço do líder do partido. Quanto ao MDB, ainda não havia ganhado muita expressão no estado.

Nessa batalha pela conquista da hegemonia, Sarney já havia conseguido dar um grande salto. Primeiro, graças ao seu talento pessoal, principalmente porque sabia muito bem em cada momento com quem deveria manter boas relações. O golpe empresarial-militar e a chegada de Castelo Branco à presidência, sem dúvidas, foi muito significativo para a carreira do político em questão. Mas, ter a seu favor um aparelho privado de hegemonia, como o jornal O Imparcial, também foi de suma importância, tanto na sua campanha, como na construção dos pilares de seu governo.

## **A CONSTRUÇÃO DO “MARANHÃO NOVO” ATRAVÉS DO JORNAL O IMPARCIAL**

A ditadura empresarial-militar chegou ao poder munida de um discurso “desenvolvimentista”, isto significava, “[...] a perpetuação das estruturas do Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente” (ALVES, 1984, p. 26). Era um modelo de desenvolvimento baseado na associação entre capitais multinacionais, de Estado e locais, no qual a segurança era usada como elemento fundamental para promover o desenvolvimento:

“A segurança, como elemento do conceito de ‘desenvolvimento com segurança’, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. [...] O desenvolvimento econômico não está voltado para as necessidades fundamentais, e a política de desenvolvimento não se preocupa muito com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população. Os programas de educação, segundo a ESG, devem ocupar-se, sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização. Outros programas voltados para necessidades básicas, como habitação de baixo custo, saúde pública e educação primária, são considerados menos prioritários” (ALVES, 1984, p. 51).

De acordo com Sonia Mendonça (1986), do ponto de vista econômico o golpe não significou o começo de um novo modelo de acumulação, mas sim a consolidação e o aprimoramento do modelo implantado nos anos 1950. Isto significava uma aproximação aos interesses empresariais/industriais e um distanciamento dos interesses das camadas populares. Havia uma dependência mútua entre o Estado e as empresas privadas “[...] assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia” (DREIFUSS, 1981, p. 455).

Isto posto, a reforma administrativa proposta pelo presidente Castelo Branco, significava, sobretudo, “limpar a casa”, ou seja, extirpar os “empecilhos” impostos pelo governo de João Goulart e preparar o terreno para o “desenvolvimento”. Com seus ministérios em sua maioria compostos por membros e colaboradores do IPES foi promovido um domínio político dos interesses financeiro-industriais, multinacionais e associados:

Os associados e colaboradores do IPES moldaram o sistema financeiro e controlaram os ministérios e os principais órgãos da administração pública, permanecendo em cargos privilegiados durante o governo Castelo Branco, exercendo sua medição de poder. Com um programa de governo que emergiria da direita do espectro político e social, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura socioeconômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou, de maneira ampla, as classes empresariais e os setores médios da sociedade, em detrimento da massa. O golpe de abril de 1964 desdobrou numa transformação do Estado; o programa do IPES trazia em seu bojo uma regeneração capitalista (DREIFUSS, 1981, p. 455).

O projeto político-econômico de Sarney não destoava do que estava sendo construído no âmbito federal, apesar de ser apresentado na luta pela construção do consenso como sendo de caráter popular, ele vai se aproximar mais de uma fração de classe e se distanciar dos interesses das camadas populares. Wagner Cabral em entrevista a Palmério Dória explicou a ascensão do político em questão não como força do acaso, pois, seu alinhamento com a ditadura empresarial- militar significava:

Quando Sarney foi governador, a ditadura estava investindo forte em infraestrutura no nordeste amazônico com a usina de Boa Esperança, no rio Paranaíba, entre o Maranhão e o Piauí, e com a expansão das Centrais Elétricas do Maranhão. Então você tem um setor que passa a dar as indicações políticas do grupo (DÓRIA, 2009, p. 42).

Em uma reportagem feita com Raimundo Rocha, uma figura destacada do comércio importador maranhense, após chegar de uma viagem a Pernambuco, em janeiro de 1966, pode-se perceber a visão de empresários de outros estados sobre o Maranhão:

Posso afirmar ao jornalista de modo autorizado que as classes conservadoras de Recife veem com otimismo a atual conjuntura maranhense, quer sob o aspecto meramente econômico financeiro, quer sob o ponto de vista político, pois aqueles homens esclarecidos e em dia com a problemática de todo o País tem plena confiança no governo de José Sarney (O IMPARCIAL, de janeiro de 1966, p.8).

Já instalado no governo estadual, Sarney precisava materializar o “Maranhão Novo”. Seu ponto de partida foi reformar a administração pública e sua defesa foi baseada no contraponto ao arcaísmo representado pelo vitorinismo, pois, apresentava sua proposta era uma alternativa a má administração dos governos anteriores. Munido desse discurso consegue apoio junto ao chefe do Executivo federal:

O Governador José Sarney reivindicou ontem num encontro com o presidente Castelo Branco a liberação de amplos recursos para execução de seu programa administrativo no Maranhão cujo governo encontrou serias dificuldades face as irregularidades praticadas pelo seu antecessor. O presidente Castelo Branco prontificou-se a atender as reivindicações do governador tendo em sua presença telefonado para os Ministros de Minas e Energia, Saúde, Educação e Justiça recomendando toda assistência a nova administração maranhense (O IMPARCIAL, 25 de fevereiro de 1966, p. 1).

De acordo com Guilhon (2007), o novo governador ao assumir o cargo garantiu por em prática uma modernização burocrática e um dos fundamentos básicos do governo deveria ser o planejamento. Sarney considerava que estava fechando um ciclo de administrações improvisadas, e as ações internas estariam integradas aos objetivos do Plano Nacionais e Regionais de Desenvolvimento. Assim, o projeto político-econômico do governo federal incide

diretamente no Maranhão, e para andar paralelamente, o executivo estadual precisava reorganizar o estrato administrativo.

A composição de seu secretariado era pautada no discurso moralizador da máquina administrativa, ou seja, precisavam ser escolhidos indivíduos que lhe trouxesse eficiência, de acordo com O Imparcial, “eram homens jovens capazes e com ideias novas”. Dessa maneira o governador trouxe alguns “jovens técnicos” da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

A SUDENE informou hoje que, atendendo a uma solicitação do Governador eleito do Maranhão, Sr. José Sarney, prestará toda assistência técnica ao Estado em referência. Acrescentou mais, que essa assistência abrangerá inclusive, a elaboração de um plano governamental, que condicionará a longo prazo o desenvolvimento daquele Estado nordestino (O IMPARCIAL, 26 de janeiro de 1966, p. 1).

O plano de governo foi dividido em dois planos de trabalho: um emergencial e outro para ser executado nos últimos anos de governo. Quanto ao primeiro:

O Plano Emergencial enfatizará a dinâmica do desenvolvimento estadual, nos seus vários atores e atividades. No que diz respeito a educação, salientou que o seu governo executará o Plano Estadual de Educação, destacando o treinamento e formação de mão de obra especializada, em colaboração com a SUDENE e com a USAID e que a educação primária merecerá tratamento todo especial. No setor da agricultura procurará cuidar do abastecimento para os grandes centros urbanos, de acordo com uma política racional a ser elaborada pela assessoria técnica. No plano da energia, pretende dar todo o apoio à COHEBE, que inclusive, ficará responsável pela CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão – e construirá uma hidrelétrica no rio Farinha com capacidade de 8,300 KVV. Em face da extensão territorial do Maranhão, o setor da viação é dos mais atrasados, pretendendo com seu Plano de Emergência, fazer a implantação definitiva da BR-10, no trecho Carolina Porto Franco, para acesso as obras do Rio Farinha. Outra implantação importante, no plano, é a ligação São Luis Boa Esperança, para acesso as obras da COHEBE, além de outras rodoviárias integradas no Plano Rodoviário Nacional. Por sua vez, o setor tributário, que considera um dos mais seriamente atingidos, será saneado devidamente e adaptado as necessidades do Maranhão, com uma política fiscal racional, desvinculada da política partidária (O IMPARCIAL, 08 de março de 1966).

O grupo técnico tinha a função de desenvolver o plano de governo para ser colocado em prática o desenvolvimento e a modernização. Para acelerar esse processo foi criado o Grupo de Trabalho e Assessoria e Planejamento (GTAP), uma hiper-secretaria que funcionava junto ao Gabinete do Governador. “Concentrando as funções de planejamento a nível de programação governamental, o GTAP passa a desempenhar papel de grande relevância no traçado das diretrizes políticas e econômicas que viriam a ser adotadas pelo Governo do Estado” (BONFIM, 198, p. 75).

Na escolha de seu secretariado não inovou, apesar do periódico em questão considerá-los como homens “apartidários”. Houve a conservação de nomes tradicionais da administração pública estadual. A assessoria técnica e os secretários corporificaram-se nos seguintes nomes:

**Tabela 1: Composição da Assessoria Técnica do Governo de José Sarney**

Nome	Descrição
<b>Mariano Matos</b>	Técnico em planejamento industrial da SUDENE Curso da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina)
<b>Mário Pires Leão</b>	Técnico em planejamento agrícola da SUDENE Curso da CEPAL
<b>Joaquim Itapary</b>	Técnico de desenvolvimento econômico da SUDENE Curso CEPAL

<b>Prof. José de Jesus Moraes Rêgo</b>	Técnico em planejamento educacional da SUDENE
<b>Carlos Alberto Madeira</b>	Ex-membro do Conselho Consultivo da Fábrica Nacional de Motores, crítico de arte, professor de Direito, autor de importantes trabalhos jurídicos
<b>Eliezer Moreira Filho</b>	Bacharel em Direito. Chefe do Serviço do Superior Tribunal do Trabalho
<b>João Alberto de Souza</b>	Economista do Banco do Estado de São Paulo

Fonte: O Imparcial, 1966. Elaboração Própria.

**Tabela 2: Composição do Secretariado do Governo de José Sarney**

<b>Secretaria</b>	<b>Secretário/Descrição</b>
<b>FINANÇAS</b>	<b>Prof. Pedro Neiva de Santana</b> - catedrático da Faculdade das Faculdades de Direito e Medicina de São Luis, diretor do curso de medicina
<b>INTERIOR E JUSTIÇA</b>	<b>Cícero Neiva</b> - ex-presidente Tribunal de Contas do Estado, presidente do Comitê Central das Oposições Coligadas
<b>AGRICULTURA</b>	<b>Prof. Nivaldo Macieira</b> - professor de ciências das finanças da faculdade de Direito de São Luis, técnico em desenvolvimento econômico pela CEPAL
<b>VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS</b>	<b>Engenheiro Haroldo Tavares</b> - ex-membro da diretoria do Instituto de Pesquisas da Universidade de Minas Gerais, integrado ao Conselho Nacional de Energia Nuclear
<b>SAÚDE</b>	<b>José Murad</b> - superintendente médico do IAPE
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>Prof. Orlando Madeiros</b> – Era professor das Faculdades de Farmácia e Odontologia de São Luis
<b>SEGURANÇA</b>	<b>Ten. Cel. José Rodrigues de Paiva</b> - sub-comandante do 24º Batalhão de Caçadores
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>Prof. José Maria Cabral Marques</b> - catedrático do curso de filosofia, vice-reitor da Universidade Católica do Maranhão
<b>GOVERNO</b>	<b>Alberto Vieira da Silva</b> - Era promotor público do Estado
<b>CEMAR</b>	<b>Major-engenheiro César Cals</b> –Presidente da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE)
<b>COMANDANTE DA FORÇA PÚBLICA</b>	<b>Major Antônio Medeiros</b> - sub-comandante do 10º Batalhão de Caçadores (Goiânia)
<b>PROCURADOR GERAL DO ESTADO</b>	<b>Esmaragdo Souza e Silva</b> - Professor de Direito

Fonte: O Imparcial, 1966. Elaboração Própria.

O periódico o apresentava numa incansável busca para reverter o quadro socioeconômico do Estado, a apresentação desses nomes significava a chegada do “Maranhão Novo”. “Num país de frágil estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstâncias, papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los” (CAPELATO, 1988, p. 37). Percebe-se o jornal O Imparcial agindo como um partido, no sentindo gramsciano, organizando a vontade coletiva da sociedade civil maranhense, ou seja, nesse momento a hegemonia do sarneysmo ainda não estava consolidada, então era necessário trabalhar sempre no sentindo de favorecê-lo nas batalhas hegemônicas.

Tinha-se um Estado necessitando melhorias em vários setores, então era preciso publicar aquilo que a população queria ver. Por isso, com tão pouco tempo de governo, o periódico já apresentava matérias bastante empolgantes sobre os investimentos: “Um bilhão de cruzeiros da SUDENE para obras de saneamento no Maranhão”; “Será iniciada em julho a construção de 300 casas populares no Bairro de Fátima”; “Governo do Estado entregará ao povo, dentro de poucos meses, 1000 escolas no interior”; “Governo vai aplicar cerca de 3 bilhões de cruzeiros no Programa de Saúde do Estado”.

De acordo com o periódico em questão, o governo assumiu o encargo desde o despertar da consciência empresarial até a implantação do negócio. Para isso ele criou uma lista de providências a serem tomadas emergencialmente:

- 1) Cadastrar as oportunidades industriais do Estado;
- 2) Elaborar perfis de projetos onde fique demonstrado a viabilidade econômico-financeira de cada empreendimento;
- 3) Submeter esses perfis aos organismos de créditos, a fim de que, previamente, recebam ao menos um sinal verde, de modo a garantir ao empresário maiores probabilidades de aprovação do seu projeto;
- 4) Financiar ou criar as condições de financiamento de parte dos recursos próprios necessários aos projetos, através do Banco do Estado ou de um Banco de Desenvolvimento, a ser criado;
- 5) Recomendar fácil e rápida tramitação dos projetos quando submetidos ao Banco do Estado e manter junto a Sudene, Spvea, Banco do Nordeste, B.N.D.E, principalmente, representantes visando o mesmo efeito;
- 6) Garantir a implantação desses projetos e velar, em nome dos empresários, para que os recursos aprovados sejam liberados de acordo com o cronograma de desembolso que for inicialmente estabelecido, reclamando para que as inspeções dos órgãos financiadores, antecedentes a cada liberação sejam realizadas no seu devido tempo; com isto evitando reformulações onerosas (O Imparcial, 25 agosto de 1966, p. 07).

A relação próxima do chefe do Executivo estadual com a SUDENE<sup>7</sup> e a sua atuação no Maranhão significava a materialização do projeto que chegará ao poder federal em 1964. Representava a política de desenvolvimento regional, a qual era um dos eixos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. O aparelho privado de hegemonia em questão apresentava a aproximação com esse órgão do Estado restrito como uma forma de mostrar o “desenvolvimento” chegando de fato, pois, o governador defendia incansavelmente os problemas maranhenses no âmbito federal.

Na área bancária nomeou Luis Carlos Bello Parga para direção do Banco do Estado do Maranhão, segundo O Imparcial, um “alto funcionário do Banco do Brasil”. Sarney almejava duplicar o capital desse estabelecimento. No mês de maio de 1966 o diretor afirmou um convenio com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Em setembro do mesmo ano, em visita a São Luis, o diretor do BNDE, Garrido Torres, afirmou apoiou as pequenas e médias indústrias através do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) e do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME), que eram fundos especiais do banco. Também estava sendo firmado um convenio de cooperação financeira com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA):

Depois de fazer um retrospecto da infra-estrutura da SPVEA e das metas daquele órgão para o desenvolvimento da nossa Pátria, o general Mário Cavalcante apontou o Governador José Sarney como um dos elementos da nova geração que o chefe do Executivo maranhense, além de jovem e dinâmico, é um homem esclarecido, atualizado e identificado com os mais graves problemas do Estado. Continuando, disse que o processo da verba de 500 milhões de cruzeiros para ampliação da capacidade da nova usina da CEMAR no Tirirical, com 3 motores diesel, já está sendo estudado e atendido com carinho pela SPEVA, bem como outros problemas industriais de interesse do Maranhão (O Imparcial, 22 de maio de 1966, p. 10).

---

<sup>7</sup>Criada pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, como objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. A partir de 1964 ela foi incorporada ao Novo Ministério do Interior, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados. Foi fechada em maio de 2001, a partir de denúncias de que estava favorecendo clientelas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene> Acessado em: 15/06/2016

De acordo com Núbia Bonfim (1982), além da reforma administrativa, em seu primeiro ano de governo focou-se nos setores da Energia e do Transporte. A ênfase nesses dois setores significava a preparação para um dos passos seguintes que seria a industrialização. Para pôr em prática esse plano seria ampliada a capacidade da Usina de Boa Esperança e criado o Plano Rodoviário Estadual. O ministro de Minas e Energia, Mario Thibau, em visita ao Maranhão para analisar o problema energético, declarou em nota:

Referindo-se a hidrelétrica de Boa Esperança, declarou o ministro de Minas e Energia que as obras caminham dentro dos prazos normais e que em breve o Maranhão estará se beneficiando com a energia elétrica que ali será produzida. Adiantou que as linhas de transmissão já estão sendo instaladas e que os problemas de vários municípios já se encontravam devidamente equacionados e solucionados. Prosseguindo, disse o ilustre titular, que sua presença neste estado é uma prova eloquente do interesse que desperta a atual administração maranhense ante o governo da República. Enalteceu os planos práticos do governo Sarney, afirmando, a certa altura que são plano ambiciosos, digno de um governo que deseja realizar uma verdadeira administração (O Imparcial, 19 maio de 1966, p. 08).

Estavam sendo postos em prática as ações para criação do Distrito Industrial do Maranhão<sup>8</sup>. Através da SUDENE o governo federal efetivava sua participação, principalmente financeira, e o governo estadual era responsável pelas instalações da infraestrutura básica e por doar os espaços onde o distrito seria instalado. O fomento industrial não ficou apenas no plano nacional, empresas estrangeiras também propuseram parcerias ao estado, o projeto político estadual consonante ao federal, também facilitaria a entrada dos investimentos estrangeiros:

Um grupo de industriais alemães está estudando a possibilidade de fazer investimentos de vulto no Maranhão, no campo da rizicultura. A informação que colhemos foi transmitida ao governador pelo ministro Roberto Campos, do planejamento econômico, quando de sua recente visita ao nosso Estado. O referido grupo, segundo a informação, está disposto, caso chegue a bom termo as negociações, a instalar em nosso Estado moderno usina de beneficiamento de arroz capaz de adquirir pagando a vista de 200 a 240 mil toneladas de arroz anualmente para mercado interno e para exportação. O grupo alemão em referencia especializado na fabricação de afamada marca de cerveja de grande aceitação no mercado internacional, deseja também o direito de exportar para Alemanha o resíduo utilizado na fabricação dessa bebida (O Imparcial, 02 de julho de 1966, p. 06).

Os investimentos internacionais também voltaram-se para usina de Boa Esperança, construção de estradas e eletrificação das cidades. Segundo o jornal analisado, esses recursos viriam através da Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

O desenvolvimento industrial era utilizado como um condicionante para o Maranhão ter acesso ao uso da energia de Boa Esperança, pois, só ampliá-la não era suficiente, também precisaria de empreendimentos onde ela fosse utilizada, ou seja, nos planos e discursos do governo era necessário instalar novas indústrias, ampliar e modernizar as existentes.

## **O JORNAL O IMPARCIAL COMO IMPORTANTE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA NA ASCENSÃO POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY**

Por tudo exposto é possível chegar à conclusão que o jornal O Imparcial foi um aliado muito importante na construção das bases do governo de José Sarney. O jogo das palavras, a seleção das notícias foram elementos construídos com um poder imenso de persuasão, como é possível observar nas matérias apresentadas.

---

<sup>8</sup> "Alguns dos empreendimentos industriais que se desenvolveram no Maranhão nesse período foram: DESAMA, Empreendimentos Agroindustriais do Maranhão S.A.; CARUTAPERA, fábrica de papel e celulose; PLANOMAR S.A., indústria de filme de polietileno e cano de PVC; Indústria Maranhense Agropecuária S.A; Gesso Art. Ltda.; MERCK, Maranhão Produtos Vegetais S.A."(BONFIM, 1982, p.85).

Porém, por trás de todo esse entusiasmo na construção do “Maranhão Novo” tinha-se um projeto classista muito evidente. Sarney explorava os problemas maranhenses pautado no contraponto aos governos comandados por vitorinistas e nas diferenças regionais, ou seja, nordeste atrasado e sudeste desenvolvido. Assim, ao inserir a SUDENE e seus técnicos no seu governo estaria sendo posto em prática a diminuição dos contrastes entre as regiões.

O problema consiste no fato desse “desenvolvimento”, apesar de no discurso ser equitativo a todos, na prática não se efetivar. A integralização do projeto federal e estadual beneficiaria sobremaneira a fração de classe empresarial<sup>9</sup> e se distanciaria daqueles que deveriam ser os verdadeiros beneficiados. A ampliação da usina de Boa Esperança significava a sustentação para montagem do Parque Industrial e o Plano Rodoviário era uma forma de integrar o espaço econômico maranhense. Basta observar nas entrelinhas das notícias aqui apresentadas.

Na educação era necessário a criação de “técnicos” para posteriormente ser mão de obra nas empresas ou indústrias, as quais em sua maioria vinham de fora, por isso Bonfim (1982) considera que Sarney estava “leiloando” o Maranhão. Apresentava ambientes favoráveis para a vinda desses empreendimentos, porém, as camadas populares seriam as menos beneficiadas nessa dinâmica.

A despeito das considerações apresentadas, o primeiro ano do governo Sarney contou com uma alta popularidade. Apesar do seu projeto classista, conseguiu fazer a sociedade maranhense acreditar que representava a todos. Os interesses de uma classe particular estavam sendo impostos como os interesses de todos. Isto se chama criação de consenso, então na batalha hegemônica travada no Maranhão, o político em questão conseguiu ter vantagem.

E nesse mecanismo consensual, ou seja, no direcionamento político no âmbito da sociedade civil, o aparelho privado de hegemonia, o jornal O Imparcial foi muito importante, pois conduzia a vontade coletiva favoravelmente ao seu governo. As matérias apresentadas neste trabalho tiveram como principal intuito demonstrar o porquê desta afirmação.

É perceptível como os projetos são apresentados com riqueza de detalhes, os investimentos como muito animadores e a parceria com órgãos e agências federais e regionais promissoras. No entanto, o mais marcante é a construção da figura do governador na busca desses recursos e empreendimentos para o Maranhão. Isto quer dizer que essas “melhorias” só estavam chegando graças ao seu empenho pessoal.

O alinhamento com o projeto político-econômico do governo federal, da maneira como foi apresentado pelo periódico, significou a chegada do “desenvolvimento”. O estado sairia do atraso e entraria numa “nova” fase. Mas isto só era possível graças ao talento e compromisso do “jovem governador”.

A chegada de investimentos advindos da SUDENE, BNDE, SPEVA, USAID, etc., são apresentados como a materialização de “novos tempos”. O Maranhão teria energia, estradas, educação, saúde, telecomunicação. Por isso, O Imparcial explorava principalmente as notícias em torno desses assuntos no ano de 1966.

Tendo em vista que o jornal em questão era o de maior circulação no estado, o alcance do público foi maior. O leitor deparava-se com aquelas notícias e já ficava esperançoso, principalmente pela construção feita do grupo político anterior como arcaico, representante do atraso. Agora, pela primeira vez, estava sendo erigido um governo que atenderia aos anseios do povo. Com esse aparelho privado de hegemonia sendo tão eficaz no seu poder de persuasão, ficava difícil o leitor ver o que realmente estava por trás do novo governo, pois:

Sob um ponto de vista diverso (e complementar), entretanto, a ofensiva midiática levada adiante pelo novo governador cumpria funções outras (além do óbvio objetivo de autopromoção), pois significava, nos termos dos novos detentores do poder político estadual, “o grito do Maranhão que não podia ficar sozinho depois de sua Libertação”. Evidenciava uma deliberada representação do Estado sob o signo do subdesenvolvimento (em seus componentes, a miséria, a fome, o analfabetismo, a peste, a morte), ao lado da representação das riquezas potenciais, como parte de uma estratégia mais ampla de captação de recursos financeiros junto ao governo ditatorial, às agências de desenvolvimento regional (SPEVA, posteriormente SUDAM e SUDENE), às fontes de financiamento internacional (Banco Mundial,

---

<sup>9</sup> “Percebe-se assim que, a dinâmica desenvolvimentista estaria endereçada a favorecer os grandes grupos empresariais que se instalariam no Estado, agora apoiados por um Programa Governamental que lhes era amplamente favorável” (BONFIM, 1982, p. 84)

BID e outras), bem como a atração de investimentos por parte do grande capital nacional e internacional. Seria a “batalha do Progresso com justiça Social”, sucedânea da “batalha da Liberdade”, consonante a propaganda oficial (CABRAL, 2006, p. 222)

Essa criação de consenso construída foi essencial para o sarneysmo, pois, estava buscando exercer sua hegemonia (buscando ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso) e ter esse organismo da sociedade civil trabalhando a seu favor significava uma grande vantagem.

Então é possível perceber a grande importância do jornal O Imparcial na edificação do governo que chegou ao poder em 1966 no Maranhão, interferindo na batalha hegemônica e assim desempenhando o papel de um partido. Por isso, é um dos condicionantes da ascensão política de José Sarney.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores apresentados no desenvolvimento deste trabalho buscou apresentar características importantes para compreensão da ascensão de José Sarney na política. No regaste desse acontecimento, o jornal O Imparcial constitui uma fonte muito importante, porque além de nos dar a possibilidade de reconstruir alguns fatos da história do Maranhão, também é um personagem ativo dela. Sua atuação incidiu diretamente na condução política do Estado.

Por isso, o jornal é uma fonte de pesquisa tão importante para historiografia. De acordo com Capelato (1988), trabalhar com o periódico significa o analisar profundamente sempre procurando suas conexões, principalmente políticas, desvendar os seus artifícios, pois, na “batalha pela conquista dos corações” de seus leitores vão usar várias táticas e elas podem nos falar muito sobre um dado período histórico.

O Imparcial apoiou o golpe e a ditadura empresarial-militar orientado pelo intelectual orgânico Assis Chateaubriand, que tinha grande atuação nos meios de comunicação e na política, ou seja, transitava tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Na construção do governo de Sarney, sua aliança com o Executivo Federal é apresentada com a possibilidade de “progresso” para o estado. A chegada do sarneysmo marcou a perpetuação de 51 anos desse grupo no poder, mas durante essas cinco décadas não foi visto esse “progresso”.

A construção desse governo tinha interesses que não eram para privilegiar o público a quem o jornal O Imparcial pretendia atingir. Consonante ao governo federal, o “Maranhão Novo” trouxe na verdade o enriquecimento pessoal de José Sarney e um espaço propício para atuação da fração de classe empresarial. O discurso vendido pelo periódico para a sociedade maranhense, de um governo com interesses de cunho popular, não passou de uma falácia, pois, estava mascarando os verdadeiros beneficiados desse projeto político-econômico.

Analisar esses caminhos percorridos por José Sarney é de suma importância para compreender como ele ganhou seu grande poder e permanece presente na política até hoje. Ele é uma figura importante da história republicana do Brasil, principalmente do Maranhão. E estudar a história do sarneysmo é compreender marcas que estão presentes no estado até hoje.

## REFERENCIAS

### I) Fonte Documentais

Edição do Periódico: Jornal *O Imparcial*

Publicações datadas de 1965 a 1966

Acervo documental localizado na Biblioteca Benedito Pública Leite.

### II) Obras Gerais

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984)-2.ed.-Petrópolis: Vozes.1984.

BONFIM, Maria Núbia. **Do Velho ao Novo: Política e Educação no Maranhão**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados. Dissertação de Mestrado, 1982.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DÓRIA, Palmério. Honoráveis **Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, UFMA, v. 11, nº1, p. 1-21, janeiro-junho de 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas – 2.ed.** São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Ana Luiza. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil – 2.ed.** São Paulo: Contexto, 2012.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007.